



***A escola da vida no campo!!!***  
*Transformando vidas e reescrevendo histórias*

# RELATÓRIO DE GESTÃO

## 2011

Campo Grande, MS

Maio/2012

**Ademar Silva Junior**

*Presidente*

*Conselho Administrativo*

**Clodoaldo Martins de Oliveira Junior**

*Superintendente*

**Amélia Nonato da Silva**

*Gestora Financeira*

**Harduin Reichel**

*Gestor Técnico*

**Maria do Rosário de Almeida**

*Gestora de Educação Profissional*

*SENAR-AR/MS*

*Rua Marcino dos Santos, 401 – Cachoeira II*

*Telefone: (67) 3320-6999*

*Fax: (67) 3320-6998*

*CEP 79040-902*

*Campo Grande – MS*

Sumário

APRESENTAÇÃO .....	4
<b>2.1 Responsabilidades institucionais da unidade .....</b>	<b>6</b>
<b>2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais .....</b>	<b>9</b>
<b>2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ .....</b>	<b>13</b>
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	26
<b>2.4.7 Indicadores Institucionais.....</b>	<b>30</b>
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	36
6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício.....	41
6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.....	49
8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93 .....	50
9.1 Estrutura de controles internos da UJ .....	50
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	53
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial .....	56
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	56
17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	61
24.1 Análise da situação econômico-financeira .....	64
25.1 Remuneração paga aos administradores.....	66
29.2 Composição e atuação do Conselho de administração.....	67
Anexo: Peças contábeis - 2011 .....	70

## **APRESENTAÇÃO**

Apresentamos neste Relatório de Gestão o que foi a atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul (SENAR-AR/MS) no ano de 2011. Novamente finalizamos o ano com um número recorde de eventos de Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS) e Programas e Projetos Especiais (PE) realizados, capacitando mais de 37,5 mil pessoas.

Na área de Formação Profissional Rural, que tem por objetivo aperfeiçoar o desempenho dos trabalhadores rurais capacitou-se mais de 18,5 mil pessoas em cursos como Manejo Básico de Horta, Manutenção Preventiva de Tratores Agrícolas e Adestramento de Equinos. Em Promoção Social, cujo objetivo é proporcionar a mudança de comportamento social das famílias rurais, os eventos envolveram mais de 8,6 mil pessoas em cursos como Culinária Básica, Aproveitamento de Alimentos e Relações Interpessoais. Por meio dos programas e projetos especiais, foi possível desenvolver ações visando a inclusão digital de trabalhadores rurais, a adoção de práticas de higiene e saúde, o treinamento em empreendedorismo, a qualificação de mulheres para gestão de propriedades rurais, a qualificação de jovens e o estímulo a diversificação da produção e da propriedade.

Há que se fazer referência ainda às parcerias realizadas, que respaldaram as ações educativas, além do fortalecimento institucional. Apresentamos nas páginas seguintes os resultados de mais um ano de atuação do SENAR em Mato Grosso do Sul, se solidificando ano após ano como a **“ESCOLA DA VIDA NO CAMPO”**.

## 1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

## Quadro A.1. 1. Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação	
Poder: Poder Executivo	
Órgão de vinculação: Ministério do Trabalho e Emprego (PE-MTE)	Código SIORG: 2844
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul
Denominação abreviada	SENAR-AR/MS
Código SIORG	Não se aplica
Código na LOA	Não se aplica
Código SIAFI	389038 – SENAR- Administração Regional do MS
Situação	Ativa
Natureza Jurídica	Órgãos e entidades que arrecadam ou gerenciam contribuições parafiscais
Principal atividade	Outras Atividades de Ensino – Não Especificadas Anteriormente
Código CNAE	85.99-6-99
Telefones/Fax de contato	(67) 3320-6999 Fax: (67) 3320-6998
Endereço eletrônico	senar@senarms.org.br
Página na internet	http://www.senarms.org.br
Endereço postal	Rua Marcino dos Santos, 401 - Bairro Cachoeira II CEP 79040-902, Campo Grande, MS
Normas relacionadas a Unidade Jurisdicionada	
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>	
Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, publicado no DOU em 24/12/1991 – “É criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o Território Nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais”.	
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>	
Não se aplica	
<b>Manuais e publicações relacionadas à gestão da Unidade Jurisdicionada</b>	
Não se aplica	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
Não se aplica	Não se aplica
Gestões relacionadas a Unidade Jurisdicionada	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
Não se aplica	Não se aplica
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
<b>Código SIAFI da unidade gestora</b>	<b>Código SIAFI da gestão</b>
Não se aplica	Não se aplica

## 2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

### 2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

Em consonância com sua Competência Institucional, o SENAR AR/MS tem como objetivo organizar, administrar e executar em todo o Território Nacional o ensino da Formação Profissional Rural e a Promoção Social do trabalhador rural.

Para chegar a este objetivo institucional, estabeleceram-se objetivos estratégicos, definindo-se como missão promover a educação, a informação e o conhecimento em agronegócio, à comunidade rural de Mato Grosso do Sul, com inovação e competência contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Sua visão é ser uma instituição de referência em educação profissional para a comunidade rural, que promova o empreendedorismo por meio da inovação do conhecimento e de tecnologias, atendendo as necessidades dos diversos setores do agronegócio de MS. Os princípios e valores da instituição, que permitem a efetiva concretização de sua visão e missão são:

**Tradição** - preservar valores para sustentar o futuro.

**Liderança** - conduzir o setor a resultados positivos com conhecimento, competência e consistência.

**Ética** - trabalhar com transparência, respeito e lealdade.

**Comprometimento** - acreditar no agronegócio com profissionalismo e parceria.

**Valorização dos Recursos Humanos** - desenvolver colaboradores para prestar serviços com profissionalismo, eficiência e cortesia.

**Conhecimento, Inovação e Tecnologia** - buscar conhecimento e inovação tecnológica para ser competitivo no mercado global.

**Responsabilidade Social e Ambiental** - atingir o equilíbrio socioambiental para preservação da vida.

**Lucro e Resultado para o Produtor Rural** - buscar o lucro como ferramenta para o desenvolvimento sustentável.

O desempenho do SENAR AR/MS como instituição educacional está alicerçado em duas grandes áreas: a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS), conforme está definido em seu objetivo de criação legal.

A **Formação Profissional Rural (FPR)** tem por objetivo aperfeiçoar o desempenho dos trabalhadores rurais, profissionalizando-os e incentivando-os à busca da qualidade total dos bens e serviços sob sua responsabilidade, com reflexos positivos em suas condições de vida e no fortalecimento de sua cidadania, pela realização de ações de Formação Profissional Rural (educação).

Em 2011 foram realizados 1.397 eventos na área de FPR, que contaram com a participação de 18.502 inscritos e 37.456 horas de treinamento, abrangendo quase todos os municípios do estado de Mato Grosso do Sul, demonstrando assim a importância social e o alcance da atuação do SENAR AR/MS na qualificação do trabalhador rural sul-mato-grossense.

A **Promoção Social (PS)** objetiva proporcionar a mudança de comportamento social das famílias rurais, com base no processo de desenvolvimento em que estejam inseridas, pela execução de atividades de Promoção Social (educação).

Foram realizados 610 eventos de PS em 2011, que contaram com a inscrição de 8.678 trabalhadores rurais e/ou familiares, em um total de 14.860 horas de treinamento. Igualmente como ocorreu com a FPR, estes eventos tiveram ampla abrangência estadual e relevante papel social.

Além destas duas áreas, outras duas merecem ser citadas pelo alcance e importância de suas ações: os Projetos Especiais e a capacitação da força de trabalho.

Por meio dos **Programas e Projetos Especiais (PE)** procurou-se desenvolver e estimular diversas atitudes junto aos produtores rurais de forma a ampliar sua capacidade de liderança e gestão influenciando positivamente nas transformações do setor agropecuário do MS. Dentre as áreas trabalhadas em 2011 destaca-se: a inclusão digital de trabalhadores rurais, a capacitação de assentados, a difusão de práticas de higiene e saúde para comunidades rurais, o treinamento em empreendedorismo, a qualificação de mulheres para gestão de propriedades rurais, a qualificação de jovens e o estímulo a diversificação da produção e da propriedade. Aproximadamente 10.368 pessoas entre produtores, trabalhadores rurais, assentados, agricultores familiares, participaram dos diversos projetos desenvolvidos ao longo do ano.

Para viabilização de alguns destes projetos fez-se parcerias com outras instituições como o SEBRAE, a 2ª Vara de Execuções Penais e a Confederação Nacional de Agricultura.

Estes projetos tiveram alcance em diversas regiões do estado de Mato Grosso do Sul promovendo melhoria da qualidade de vida de diversas comunidades.

A Capacitação da Força de Trabalho tem por meta capacitar profissionalmente os colaboradores e educadores do SENAR-AR/MS, além dos mobilizadores e secretárias que atuam nos sindicatos rurais, possibilitando a utilização eficiente e eficaz de todos na geração dos produtos, bens e serviços.

Em 2011 foram realizadas 20 capacitações de colaboradores, que contabilizaram 30 participantes em 900 horas de treinamento. Dentre as capacitações que merecem destaque, podemos citar o curso de licitações e contratos e a participação na Expoforest em Mogi Guassu-SP.

Além dos colaboradores, os educadores, que atuam diretamente na capacitação do público alvo, os mobilizadores e secretárias, que atuam nos sindicatos rurais também foram capacitados, pois são eles organizam as turmas que vão receber as capacitações.

No último ano foram realizados 12 eventos/cursos para capacitação de educadores, secretárias e mobilizadores, que totalizaram 497 participantes e 184 horas de treinamento. Dos eventos/cursos em que houve participação, podemos



destacar o 24º Encontro de Tecnologias para Pecuária de Corte e o Treinamento de Comunicação e Oratória.

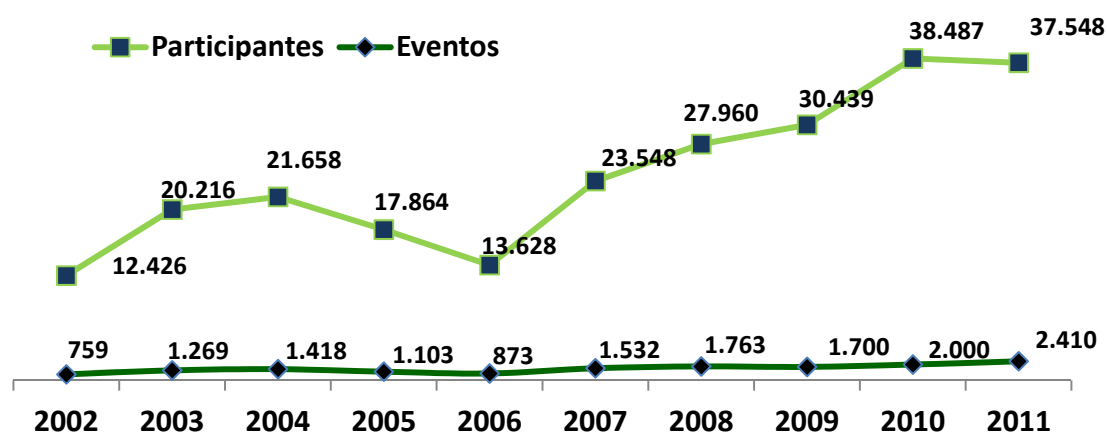
Há que se fazer menção aos repasses de metodologias aos educadores e a revisão de planos instrucionais, permitindo a atualização em conteúdos específicos de cada área e melhoria das técnicas pedagógicas.

A atuação do SENAR AR/MS se operacionaliza em cada município de Mato Grosso do Sul mediante a parceria com o Sindicato Rural Patronal. Isso permite o atendimento das demandas locais, favorecendo a capilaridade da instituição no meio rural e consequentemente o alcance social das ações.

## 2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Em 2011 obteve-se um recorde histórico no número de eventos realizados, atingindo a expressiva marca de 2.410 eventos realizados nos programas de Formação Profissional Rural, Promoção Social e Programas e Projetos Especiais, que contaram com a participação de 37.548 pessoas. Este número evidencia a busca crescente pela qualificação do homem rural, bem como o esforço da Instituição em buscar a economicidade em suas ações permitindo a ampliação do número de cursos a cada ano.

Na Figura 1 está apresentado o histórico do número de participantes e eventos (FPR, PS e PE) realizados de 2002 a 2011.



**Figura 1** – Comparativo do total de participantes em eventos de Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS) e Projetos Especiais (PE) no período de 2002 a 2011.

Os cursos ministrados têm abrangido diversas linhas de ação, contemplando desde os públicos que demandam capacitações em temas tecnificados, como nas regiões agrícolas de Dourados, Maracaju, Chapadão do Sul e São Gabriel do Oeste chegando até agricultores familiares, assentados e indígenas da região sul do Estado, que frequentemente demandam cursos básicos, objetivando melhorar sua produção, que muitas vezes está ligada a subsistência.

Esta pluralidade de demandas é reflexo de um estado de dimensões territoriais significativas, com a presença de uma infinidade de atividades produtivas e diversos perfis de produtores e trabalhadores rurais.

Quanto à distribuição dos eventos por linha de ação, em FPR as áreas mais demandadas foram pela ordem Atividade de Apoio Agrossilvipastoril (40%), Pecuária (27%), Agroindústria (18,5%) e agricultura (8,6%).

A atuação do SENAR-AR/MS se operacionaliza em cada município de Mato Grosso do Sul mediante a parceria com o Sindicato Rural Patronal. Isso permite a identificação e pronto atendimento das demandas de qualificação local, favorecendo a capilaridade da instituição no meio rural e conseqüentemente o alcance social das suas ações.

Considerando a distribuição de eventos em PS, a linha de ação com maior percentual de eventos foi Alimentação e Nutrição com 39%, seguido de Educação com 31%, Artesanato 25%, Saúde com 2,8% e educação comunitária 2,5%.

Estes números demonstram a segmentação da atuação do SENAR-AR/MS no Mato Grosso do Sul, e o esforço para atender as demandas de diferentes regiões do Estado e de seus respectivos segmentos produtivos.

Em 2011 houve a continuidade de vários programas e projetos, que são enquadrados como Programas e Projetos Especiais - PE. Inicialmente destaca-se o Projeto Vida Nova que vem sendo desenvolvido em parceria com a 2ª Vara de Execuções Penais de Campo Grande e tem como objetivo a implantação e manutenção de uma horta orgânica no Centro Penal e Agroindustrial da Gameleira, promovendo a

formação e profissionalização de internos do sistema prisional. Em 2011 foram produzidas 14,7 toneladas de hortaliças, sendo que este total, 7,9 toneladas foram doadas a instituições de caridade. O restante foi comercializado no mercado local e os recursos destinados ao custeio de salário aos apenados. Em 2011 foi iniciado o processo de certificação da horta, estando a produção muito próxima de receber o selo de “produto orgânico”. Em torno de 20 internos tem trabalhado cotidianamente na horta.

O Projeto Pingo D'água, levou atendimento odontológico a trabalhadores rurais e suas famílias através de um consultório montado sobre um ônibus e atendeu mais de 3.800 pessoas em 11 municípios em 2011, realizando quase 16 mil procedimentos odontológicos. Frequentemente vários pacientes rurais relatam que esta é única forma de acesso a atendimento odontológico que eles tem tido acesso, evidenciando assim o forte aspecto social deste projeto.

Outro Programa que trabalha com uma unidade móvel para atendimento do público rural é o Útero é Vida. Em 2011 o Programa atendeu 1868 mulheres em 25 municípios do Estado. Na unidade móvel as mulheres são atendidas por profissionais da área de saúde, que fazem a coleta de material para realização de exame de câncer do colo do útero. Também são realizadas palestras sobre higiene e saúde. Semelhantemente ao Projeto Pingo D'água, para muitas mulheres rurais, esta é a primeira as vezes a única oportunidade que elas tem de ter acesso a este tipo de exame.

Outro programa de grande abrangência é o Inclusão Digital Rural, que objetiva apresentar o computador ao homem rural e ensinar a ele os recursos básicos de programas de texto, cálculo e internet. Em 2011 foram capacitadas 1.993 pessoas, que receberam orientações em salas de informática montadas nos Sindicatos Rurais ou em uma Unidade Móvel, dotada de toda a estrutura de uma sala de treinamento.

Na área de empreendedorismo, destaca-se inicialmente o Programa Negócio Certo Rural. Este programa tem como objetivo contribuir para a melhoria da gestão da propriedade rural por meio da capacitação, tendo como foco principal o empreendedorismo, visando o fortalecimento do agronegócio brasileiro. É um programa de abrangência nacional executado em parceria com o SEBRAE. Em Mato

Grosso do Sul foram realizadas 61 turmas com total de 1.339 alunos. Ainda na área de empreendedorismo, entretanto voltado para o público feminino, realizou-se o Programa Com Licença Vou a Luta, cuja finalidade é difundir conteúdos de gestão à mulheres proprietárias rurais, e que estas a partir do momento que receberam este conhecimento busquem o aprimoramento nas atividades e no alcance de resultados econômicos almejados pela propriedade rural. Em 2011 foram capacitadas mulheres nos municípios de Anastácio, Campo Grande, Navirai, Nioaque e Ponta Porã, totalizando 5 turmas que contaram com a participação de 71 mulheres.

Voltado para o público jovem de 15 a 18 anos do meio rural, foi realizado o Programa Jovem Agricultor. Este programa tem como meta capacitá-los para visualizar as oportunidades no campo, qualificando-os com a visão empreendedora. O participante pode direcionar a sua formação, selecionando os módulos que irá estudar, estando disponível os conteúdos de Gestão do Agronegócio, Pecuária Leiteira, Olericultura, Mecanização Agrícola e Fruticultura. Em 2011, houve 205 jovens que foram capacitados pelo programa em 8 turmas que ocorreram nos municípios de Dourados, Inocência, Jardim e Pedro Gomes.

O Projeto Terra Ativa tem como objetivo a difusão da agricultura orgânica em Mato Grosso do Sul. Para tanto, foram criadas 4 unidades demonstrativas de produção orgânica em propriedades localizadas no Assentamento Estrela, município de Campo Grande. Cento e vinte e oito produtores rurais do entorno das unidades demonstrativas estiverem presentes nas ações do projeto e receberam orientações para o desenvolvimento do cultivo orgânico.

O Programa Mais Floresta tem como objetivo estimular a implantação de áreas florestais como alternativa de diversificação e renda. Por meio deste programa serão realizados Workshops em 20 municípios de Mato Grosso do Sul, onde em cada um deles, palestrantes apresentarão a viabilidade, cultivo e mercado do eucalipto e seringueira, sistema silvipastoril e linhas de financiamento disponíveis. Em 2011 foram realizados 10 Workshops que contaram com a participação de 889 pessoas. Outros 10 workshops serão realizados em 2012.

A sucessão familiar na propriedade rural é um dos grandes desafios para produtores rurais e seus filhos. Por meio do Programa Transformando Herdeiros em Sócios, tem sido possível apresentar os caminhos para sucessão familiar e os aspectos

legais que envolvem esta transição, permitindo ao participante pensar no presente e envolver a família nas decisões sobre este tema. Foram realizados 3 cursos que contaram com a participação de 84 pessoas.

Desta forma, o SENAR-AR/MS tem procurado ocupar seu espaço como instituição educacional atenta às conjunturas político-econômicas do estado, sensível às necessidades de mudanças e consciente de seu papel transformador mediante a capacitação da comunidade rural.

## 2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

### 2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

#### Quadro A.2.1a - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA:</b> Não se aplica		<b>Denominação:</b> Programa 0101 - Qualificação Profissional do Trabalhador (FPR)				
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico						
<b>Objetivo Geral:</b> Capacitar trabalhadores e produtores rurais através do oferecimento de cursos nos diferentes setores da economia rural, para que melhorem o desempenho e conheçam a importância do trabalho rural para a sociedade em geral.						
<b>Objetivos Específicos:</b> Capacitar <b>15.875</b> pessoas mediante a realização de <b>1.286</b> eventos						
<b>Gerente:</b> Clodoaldo Martins de Oliveira Jr.						
<b>Público Alvo:</b> Produtores rurais e trabalhadores rurais						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
3.746.720,00	5.518.930,00	Não se aplica	Não se aplica	0,00	4.146.754,72	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

1	Número de eventos (unidade)	01/01/11	0	1.397	1.286	108,6%
Fórmula de Cálculo do Índice: contagem do número de eventos						
Texto: contagem do número de eventos						
Análise do Resultado Alcançado						
<p><b>Texto:</b> Procurou-se atender as demandas de capacitação oriundas dos Sindicatos Rurais. Mediante maximização dos recursos financeiros foi possível superar a meta e manter as despesas abaixo do previsto.</p>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de participantes (unidade)	01/01/11	0	18.502	15.875	116,5%
Fórmula de Cálculo do Índice: número de participantes						
Texto : contagem dos participantes em cada evento.						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p><b>Texto:</b> Como houve maior número de eventos, houve também um maior número de pessoas que foram capacitadas.</p>						

**Quadro A.2.1b - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo**

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: Não se aplica	Denominação: Programa 0108 – Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (PS)
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Proporcionar a mudança de comportamento social das famílias rurais, com base no processo de desenvolvimento em que estejam inseridas, pela execução de atividades de Promoção Social (educação).	
Objetivos Específicos: Capacitar 8.041 pessoas mediante a realização de 593 eventos	
Gerente: Clodoaldo Martins de Oliveira Jr.	
Público Alvo: Produtor, trabalhador rural e suas famílias.	
Informações orçamentárias e financeiras do Programa	
Em R\$ 1,00	

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.494.000,00	1.715.000,00	Não se aplica	Não se aplica	0,00	1.527.816,23	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de eventos (unidade)	01/01/11	0	610	593	102,9%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice: contagem do número de eventos</b>						
<b>Texto: contagem do número de eventos</b>						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
<b>Texto:</b> Procurou-se atender as demandas de capacitação oriundas dos Sindicatos Rurais, mediante maximização dos recursos financeiros foi possível superar a meta e manter as despesas pouco abaixo do previsto.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de participantes (unidade)	01/01/11	0	8.678	8.041	107,9%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice: número de participantes</b>						
<b>Texto: contagem dos participantes em cada evento.</b>						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
<b>Texto:</b> Como houve aumento da demanda pelos eventos, procurou-se maximizar o número de participantes por turma, e conseqüentemente o crescimento neste indicador foi proporcionalmente maior que o crescimento do número de turmas.						

Quadro A.2.1c - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação: Projeto Vida Nova				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Planejar e orientar a implantação, assistir e supervisionar a atividade de horticultura orgânica, no Centro Penal Agroindustrial da Gameleira.						
Objetivos Específicos: Orientar a implantação da horta orgânica e assistir tecnicamente o desenvolvimento da atividade durante um período de 18 meses.						
Gerente: não se aplica			Responsável: Clodoaldo Martins de Oliveira Jr.			
Público Alvo: Apenados do Centro Penal e Agroindustrial da Gameleira						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
95.835,42	95.835,42	Não se aplica	Não se aplica	0,00	76.419,99	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Assistência técnica (horas)	01/01/11	353	1.513	1.500	101,13%
Fórmula de Cálculo do Índice: somatório de horas de assistência técnica						
Texto: O técnico orienta e assiste tecnicamente as ações desenvolvidas no projeto.						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Texto: As ações do projeto foram iniciadas em julho de 2010, e estava prevista a realização de 1500 horas de assistência técnica em 18 meses. Em 2010 foram realizadas 353 horas e em 2011, 1.160 horas, totalizando nos 18 meses 1.513 horas de assistência técnica. A quantidade de hora está dentro do esperado.</p> <p><i>*Fonte dos recursos: 2ª Vara de Execuções Penais de Campo Grande-MS.</i></p>						



## Quadro A.2.1d - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação: Programa Mais Floresta				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Estimular a implantação de áreas florestais como atividade de diversificação da renda e produção por meio de ciclo de palestras (workshops), apresentando ao público rural aspectos técnicos e econômicos do cultivo de seringueira e eucalipto.						
Objetivos Específicos: Realizar 19 workshops florestais em dois anos.						
Gerente: não se aplica			Responsável: Clodoaldo Martins de Oliveira Jr.			
Público Alvo: Produtores e trabalhadores rurais de Mato Grosso do Sul						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
136.050,00	136.050,00	Não se aplica	Não se aplica	0,00	89.756,34	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de workshops	19/07/11	0	10	10	100%
Fórmula de Cálculo do Índice: Número de workshops						
Texto: Cada Workshop representa uma unidade.						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto: As ações do programa foram iniciadas em julho de 2011. Conforme agendado com os sindicatos rurais, houve a realização de 10 workshops que contaram com a participação de 889 pessoas. Para 2012 estão previstos realizar outros 9 workshops.						

## Quadro A.2.1e - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação: Programa Útero é vida				
Tipo do Programa: Finalístico						
<b>Objetivo Geral:</b> Gerar oportunidades de educação, prevenção e diagnóstico do câncer do colo do útero e cuidados com as mulheres do meio rural, contribuindo assim para o aumento da autoestima e qualidade de vida.						
<b>Objetivos Específicos:</b> Sensibilizar e conscientizar as 2136 mulheres do meio rural sobre a importância da saúde através de palestras com temas específicos: Câncer do colo do Útero, Higiene Pessoal, Alimentar e Doméstica, Planejamento Familiar, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Alimentação e Nutrição e demais temas emergências na área de saúde, além da realização de exame de colo de útero - Papanicolau. Realização de 35 eventos.						
Gerente: não se aplica			Responsável: Clodoaldo Martins de Oliveira Jr.			
Público Alvo: Mulheres rurais de Mato Grosso do Sul						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
71.047,00	71.047,00	Não se aplica	Não se aplica	0,00	63.835,11	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de mulheres atendidas	01/01/2011	0	1.868	2.136	87%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b> cada mulher atendida representa uma unidade						
<b>Texto:</b> cada mulher atendida representa uma unidade						
Análise do Resultado Alcançado						
<b>Texto:</b> Mesmo com o evento sendo na área rural, as dificuldades de deslocamento das mulheres rurais impactaram em um número menor de mulheres atendidas.						

Quadro A.2.1f - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação: Jovem Agricultor Aprendiz				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Formar jovens para oportunidades no campo, qualificando-os com a visão empreendedora.						
Objetivos Específicos: Capacitar 200 jovens em gestão do agronegócio em oito turmas.						
Gerente: não se aplica				Responsável: Clodoaldo Martins de Oliveira Jr.		
Público Alvo: Jovens entre 15 e 18 anos pertencentes ao meio rural						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
148.000,00	148.000,00	Não se aplica	Não se aplica	0,00	96.951,78	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de turmas (unidade)	01/01/11	0	8	8	100%
Fórmula de Cálculo do Índice: cada turma representa uma unidade						
Texto: Cada turma representa uma unidade.						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto: Conforme previsto, foram realizadas oito turmas do Programa Jovem Agricultor Aprendiz contemplando os municípios de Dourados, Inocência, Jardim e Pedro Gomes.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de participantes (unidade)	01/01/11	0	205	200	102,5%

<b>Fórmula de Cálculo do Índice: cada turma representa uma unidade</b>
<b>Texto: Cada aluno representa uma unidade.</b>
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>
<b>Texto:</b> Em 2011, houve 205 jovens que foram capacitados pelo programa em 8 turmas que ocorreram nos municípios de Dourados, Inocência, Jardim e Pedro Gomes. Este programa é uma das alternativas para contribuir com a redução do êxodo rural, estimulando o jovem a se interessar pelas atividades agropecuárias e dar continuidade na gestão da propriedade de seus pais. Cada participante é capacitado em Gestão do Agronegócio e o conteúdo pode ser complementado com módulos de pecuária leiteira, olericultura, mecanização agrícola e fruticultura.
*Fonte dos recursos: Incluso na dotação de Formação Profissional Rural-FPR

**Quadro A.2.1g - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo**

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA:</b>		<b>Denominação: Programa Inclusão Digital Rural</b>				
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico						
<b>Objetivo Geral:</b> Promover a inclusão digital de produtores rurais, trabalhadores e suas famílias.						
<b>Objetivos Específicos:</b> Levar conhecimento sobre o mundo digital a produtores rurais, trabalhadores e suas famílias, despertar o interesse quanto ao uso de computadores na gestão da propriedade.						
<b>Gerente:</b> não se aplica			<b>Responsável:</b> Clodoaldo Martins de Oliveira Jr.			
<b>Público Alvo:</b> Produtores rurais, trabalhadores rurais e suas famílias.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
230.820,00	230.820,00	Não se aplica	Não se aplica	0,00	228.639,73	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no	Índice atingido no exercício
		Data	Índice	Índice		

			inicial	final	exercício	
1	Número de turmas (unidade)	01/01/11	0	236	150	157%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice: número de turmas</b>						
<b>Texto: cada turma representa uma unidade.</b>						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
<p><b>Texto:</b> Em atendimento às demandas dos Sindicatos Rurais, em 2011 foram realizadas 86 turmas além das previstas. Por meio deste programa, trabalhadores, produtores rurais e suas famílias tem se familiarizado com computadores e com o mundo digital, sendo que para muitos, este foi o primeiro contato.</p> <p><i>*Fonte dos recursos: Incluso na dotação de Formação Profissional Rural-FPR</i></p>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de participantes (unidade)	01/01/11	0	1.993	1.293	154%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice: número de participantes</b>						
<b>Texto: cada participante representa uma unidade.</b>						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
<p><b>Texto:</b> Como houve aumento do número de turmas, também houve aumento do número de participantes.</p>						

**Quadro A.2.1h - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo**

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b>	<b>Denominação: Programa Com Licença Vou à Luta</b>
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> O objetivo é capacitar mulheres com noções de gestão, transformando a participação feminina em fator decisivo para o sucesso da empresa rural.	
<b>Objetivos Específicos:</b> capacitar 75 mulheres em 5 turmas.	
<b>Gerente:</b> não se aplica	<b>Responsável:</b> Clodoaldo Martins de Oliveira Jr.
<b>Público Alvo:</b> Mulheres rurais	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
39.060,00	39.060,00	Não se aplica	Não se aplica	0,00	38.733,88	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de turmas	01/01/11	0	5	5	100%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b> cada turma representa uma unidade.						
<b>Texto:</b> cada turma representa uma unidade.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
<b>Texto:</b> conforme programado foram realizadas 5 turmas do Programa Com Licença Vou a Luta.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de participantes	01/01/11	0	71	75	95%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b> cada turma representa uma unidade.						
<b>Texto:</b> cada turma representa uma unidade.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
<b>Texto:</b> De um total previsto de 75 mulheres, conseguiu-se capacitar 71. Estas receberam conhecimentos de Empreendedorismo, Gestão Financeira, Liderança, Relações Interpessoais e Trabalho em Equipe, Conhecimentos sobre Direito trabalhista e Planejamento de Negócio.						

**Quadro A.2.1i - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo**

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA:	Denominação: Programa Negócio Certo Rural
Tipo do Programa: Finalístico	

<b>Objetivo Geral:</b> Contribuir para a melhoria da gestão da propriedade rural por meio da capacitação, tendo como foco principal o empreendedorismo, visando o fortalecimento do agronegócio brasileiro.						
<b>Objetivos Específicos:</b> Capacitar 1.115 produtores rurais em 60 eventos.						
<b>Gerente:</b> não se aplica				<b>Responsável:</b> Clodoaldo Martins de Oliveira Jr.		
<b>Público Alvo:</b> Produtores e trabalhadores do meio rural e suas famílias.						
<b>Informações orçamentárias e financeiras do Programa</b>					<b>Em R\$ 1,00</b>	
<b>Dotação*</b>		<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Restos a Pagar não processados</b>	<b>Valores Pagos</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>					
800.891,70	242.199,51	Não se aplica	Não se aplica	0,00	558.782,19	
<b>Informações sobre os resultados alcançados</b>						
<b>Ordem</b>	<b>Indicador (Unidade medida)</b>	<b>Referência</b>			<b>Índice previsto no exercício</b>	<b>Índice atingido no exercício</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice inicial</b>	<b>Índice final</b>		
1	Número de turmas (unidade)	01/01/11	0	61	60	101,7%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b> número de turmas						
<b>Texto:</b> Cada turma representa uma unidade.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
<b>Texto:</b> Este projeto foi realizado em parceria com o Sebrae permitiu que agricultores familiares fizessem uma avaliação de sua atividade a partir de sua propriedade, bem como pudessem visualizar novas oportunidades de negócios. A partir desta avaliação, os participantes podem corrigir eventuais falhas de gestão, bem como passar a implementá-las e até mesmo estruturar uma nova atividade, permitindo a melhoria na renda familiar. Foi realizada uma turma a mais do previsto, demonstrando assim a demanda por capacitação em gestão pelo público rural.						
<b>*Fonte dos Recursos:</b> SEBRAE-MS						
<b>Ordem</b>	<b>Indicador (Unidade medida)</b>	<b>Referência</b>			<b>Índice previsto no exercício</b>	<b>Índice atingido no exercício</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice inicial</b>	<b>Índice final</b>		
2	Número pessoas capacitadas (unidade)	01/01/11	0	1.339	1.115	120%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b> número de pessoas que participaram da capacitação						

<b>Texto:</b> Cada pessoa representa uma unidade.
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>
<b>Texto:</b> Como relatado anteriormente, há uma demanda constante por capacitação do público rural em gestão da propriedade, e isso implicou em uma quantidade maior de participantes nas ações do programa.

**Quadro A.2.1j - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo**

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA:</b>		<b>Denominação:</b> Projeto Terrativa				
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico						
<b>Objetivo Geral:</b> difundir a agricultura orgânica junto a agricultores familiares.						
<b>Objetivos Específicos:</b> capacitar agricultores familiares em agricultura orgânica.						
<b>Gerente:</b> não se aplica			<b>Responsável:</b> Clodoaldo Martins de Oliveira Jr.			
<b>Público Alvo:</b> agricultores familiares do Assentamento Estrela.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
6.900,00	6.900,00	Não se aplica	Não se aplica	0,00	6.870,25	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Diagnostico de propriedades	29/08/11	0	4	4	100%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b> número de propriedades						
<b>Texto:</b> cada propriedade representa uma unidade.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
<b>Texto:</b> O trabalho vem sendo desenvolvido em quatro propriedades. A primeira atividade do projeto foi realizar o diagnóstico de cada uma das propriedades participantes, levantando a situação inicial de cada uma delas. O diagnóstico foi aplicado nas quatro propriedades previstas.						



Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Horas de acompanhamento técnico	29/08/11	0	112	112	100%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b> somatório de horas						
<b>Texto:</b> cada hora representa uma unidade						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
<b>Texto:</b> Um técnico acompanha quinzenalmente as propriedades selecionadas e orienta o proprietário e vizinhos na condução orgânica de canteiros para produção orgânica de hortaliças. Foram realizadas 100% das horas de acompanhamento previstas no projeto.						

**Quadro A.2.1I - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo**

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação: Projeto Pingo D'água				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: prestar assistência odontológica à trabalhadores e produtores rurais e suas famílias.						
Objetivos Específicos: prestar assistência odontológica.						
Gerente: não se aplica				Responsável: Clodoaldo Martins de Oliveira Jr.		
Público Alvo: produtores e trabalhadores rurais e suas famílias.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
243.000,00	243.000,00	Não se aplica	Não se aplica	0,00	208.794,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de atendimento (unidade)	01/01/11	0	3.827	2.960	129%

<b>Fórmula de Cálculo do Índice: número de atendimentos</b>
<b>Texto: cada pessoa atendida representa um atendimento.</b>
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>
<b>Texto:</b> É um projeto de forte impacto social e que promove a qualidade de vida à população rural de Mato Grosso do Sul através do oferecimento do serviço odontológico. Um ônibus percorre os municípios do estado, permanecendo alguns dias em cada localidade agendada. Durante este período, realiza o atendimento a comunidade rural. Em 2011 foram atendidas 3.827 pessoas, superando em 29% a meta estabelecida para o período.

### 2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ – Não se aplica

## 2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

### 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias - Não se aplica

### 2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes. Valores em R\$ 1,00 - Não se aplica

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital. Valores em R\$ 1,00 Não se aplica

### 2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6. Quadro Resumo da Programação de Despesas. Valores em R\$ 1,00.  
Não se aplica

### 2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa. Valores em R\$ 1,00. Não se aplica

## 2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

### 2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

#### 2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ. Valores em R\$ 1,00.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>		
Convite	37.230,93	138.508,20	913.436,46	182.589,46
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	303.750,00	66.250,00
Pregão	63.990,00	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	338.631,57	507.037,35	-	439.493,93
Inexigibilidade	106.531,04	11.310,00	-	14.400,00
<b>Regime de Execução Especial</b>	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>Pagamento de Pessoal</b>	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	2.161.242,47	2.243.939,58
Diárias	-	-	162.189,00	34.983,95
<b>Outros</b>	-	-	-	-

Fonte: SENAR AR/MS

2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ. Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<b>2.161.242,47</b>	<b>2.243.939,58</b>
11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil							1.599.668,34	1.668.020,26
13 – Obrigações patronais							561.574,13	575.919,32
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<i>Não de aplica</i>	<b>8.210.464,91</b>	<b>7.346.247,15</b>
14 - Diárias - civil							162.189,00	34.983,85
30 – Material de consumo							610.672,07	395.806,47
36 – Outros serviços de terceiros - PF							256.575,53	215.446,10
39 - Outros serviços de terceiros – PJ							7.181.028,31	6.700.010,73
Demais elementos do grupo								0,00

Fonte: SENAR AR/MS

2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ. Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 – Investimentos</b>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	<b>160.507,37</b>	<b>90.675,69</b>
52 – Equipamentos e materiais permanentes							160.507,37	90.675,69
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: SENAR AR/MS

#### 2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

#### 2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação. Não se aplica.

#### 2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação. Valores em R\$ 1,00 - Não se aplica.

#### 2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

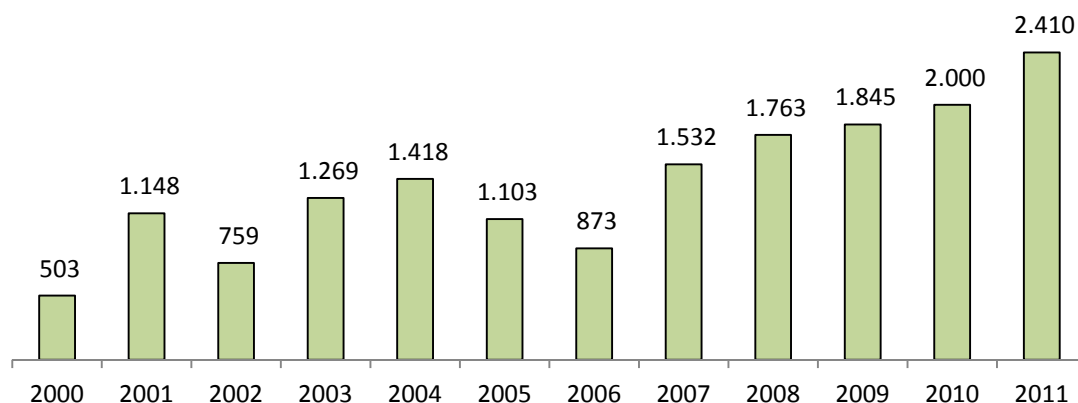
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação. Valores em R\$ 1,00 - Não se aplica.

#### 2.4.7 Indicadores Institucionais

##### 2.4.7.1 Indicadores de eficácia

##### 2.4.7.1.1 Número de eventos por ano

O número de eventos de Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS) e Projetos Especiais (PE) tem variado ao longo dos anos. Considerando o período de 2000 a 2011, observa-se que os anos com menos eventos foram 2000, 2002, 2005 e 2006, e por outro lado nos últimos cinco anos, o número de eventos realizados foi crescente a cada ano, chegando a 2.410 eventos em 2011 (Figura 4).

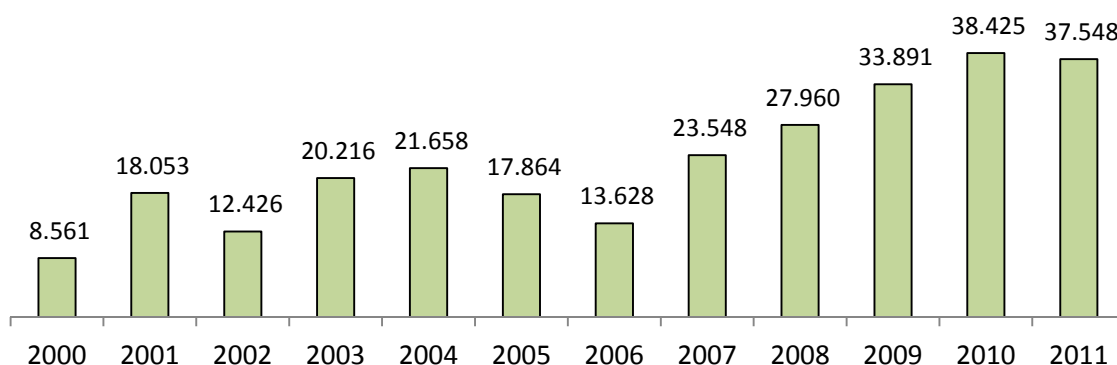


**Figura 4.** Total de eventos de Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS) e Projetos Especiais(PE) realizados no período de 2000 a 2011.

O número recorde de eventos nos últimos quatro anos demonstra o empenho da atual gestão do SENAR AR/MS em atender a maior quantidade possível de demandas por capacitação, procurando exercer a bom termo o papel social desta instituição, levando conhecimento e qualificação ao trabalhador rural.

#### 2.4.7.1.2 Número de participantes por ano

No ano de 2011 houve 37.548 pessoas que participaram dos eventos promovidos pelo Senar. Apesar de ter havido uma diminuição de 877 pessoas em relação ao total de participantes de 2010, o total foi superior aos capacitados em 2009, indicando assim o empenho da instituição de atender as demandas por qualificação oriundas do meio rural (Figura 5).

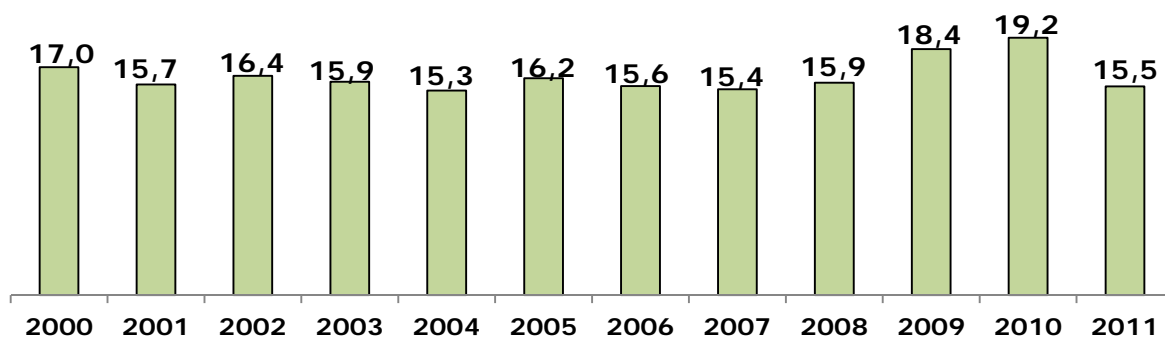


**Figura 5.** Total de participantes em eventos de Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS) e Projetos Especiais (PE) no período de 2000 a 2011.

#### 2.4.7.2 Indicadores de eficiência

##### 2.4.7.2.1 Participantes/eventos/ano

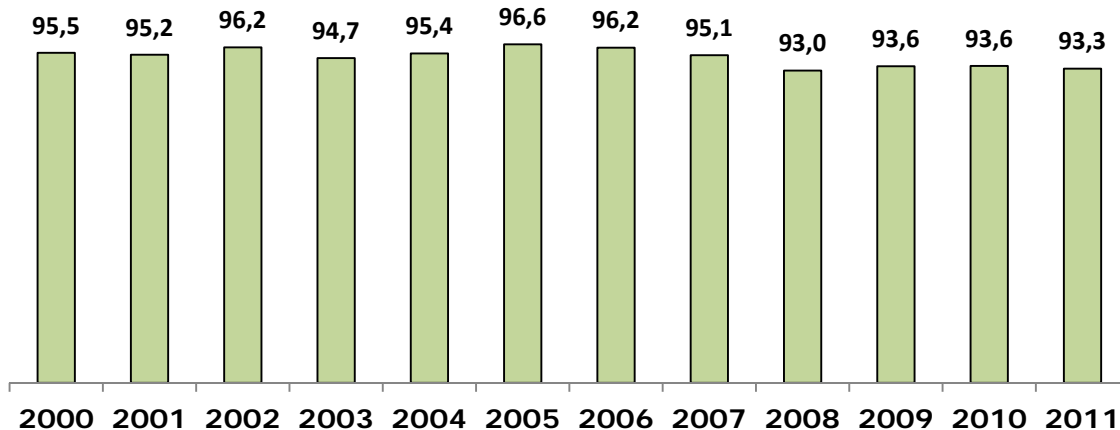
A partir do número de eventos e do total de participantes foi possível determinar o número médio de participantes por evento. De 2000 a 2011 a menor média encontrada foi 15,3 (2004) e a maior 19,2 (2010) participantes/evento. Neste último ano foi obtida a média de 15,6 participantes por evento (Figura 6).



**Figura 6.** Média de participantes em eventos Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS) e Projetos Especiais (PE) no período de 2000 a 2011.

#### 2.4.7.2.2 Índice de aprovação

Na figura 7 está expresso o índice médio de aprovação nos eventos promovidos pelo SENAR AR/MS de 2000 a 2011. Para cálculo deste índice foi considerado o total de aprovados em relação ao total de concluintes em todos os eventos promovidos pelo SENAR AR/MS. Este índice tem variado de 93,0 a 96,6% indicando bom aproveitamento nos eventos. Para 2011 o índice calculado foi 93,3%, estando muito próximo ao valor encontrado nos últimos três anos.



**Figura 7 –** Desempenho (%) dos participantes nos eventos de Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS) e Projetos Especiais (PE), no período de 2000 a 2011.

#### 2.4.7.3 Indicadores de Economicidade

Na Tabela 2 estão expressas as metas de turmas, participantes, carga horária e valor para realização dos programas de FPR e PS estabelecidos no Pano Anual de Trabalho - PAT.



**Tabela 2.** Metas definidas e reformuladas no Plano Anual de Trabalho - PAT para 2011, realizado e alcance em relação a meta.

ESPECIFICAÇÃO		PROGRAMADO (Nº)		REALIZADO	ALCANCE
		INICIAL	REFORM.	(Nº)	(%)
FPR	Turmas	1.289	1.286	1.397	108,6
	Participantes	15.476	15.875	18.502	116,5
	Valor (R\$) *	3.746.720,00	5.518.930,00	4.146.754,72	75,1
PS	Turmas	456	593	610	102,9
	Participantes	5.472	8.041	8.678	107,9
	Valor (R\$) *	1.494.000,00	1.715.000,00	1.527.816,23	89,1

\* considerando hora aula e serviços.

A partir dos dados apresentados foram calculados alguns indicadores de economicidade para avaliar o desempenho do SENAR AR/MS.

#### 2.4.7.3.1 Recursos x Participantes FPR

Considerando o total de recursos previsto para realização das turmas de FPR, estimava-se um custo de R\$ 347,65 por participante. Ao final de 2011 capacitou-se 2.627 pessoas a mais que o previsto, o que originou um custo por participante de R\$ 224,12.

**Previsto:**  $\frac{R\$ 5.518.930,00}{15.875 \text{ participantes}} = R\$ 347,65/\text{participante}$

**Realizado:**  $\frac{R\$ 4.146.754,72}{18.502 \text{ participantes}} = R\$ 224,12/\text{participante}$

O valor médio por participante obtido em 2011 foi menor que o observado em 2010, indicando uma maximização dos recursos na realização dos eventos de Formação Profissional Rural (Tabela 3).

**Tabela 3.** Custo médio por participante (FPR) de 2007 a 2011.

FPR	2007*	2008*	2009*	2010*	2011
	402,33	283,78	244,68	243,31	224,12

\*Fonte: Relatório de Gestão 2010.

#### 2.4.7.3.2 Recursos x Eventos FPR

Na revisão do planejamento para 2011 previa-se a realização de 1.286 eventos de Formação Profissional Rural com R\$ 5.518.930,00 a um custo médio de R\$ 4.291,55 por evento. Ao final do exercício foram realizados 1.397 eventos, representando um custo de R\$ 2.968,33.

**Previsto:**  $\frac{\text{R\$ } 5.518.930,00}{1.286 \text{ eventos}} = \text{R\$ } 4.291,55/\text{evento}$

**Realizado:**  $\frac{\text{R\$ } 4.146.754,72}{1.397 \text{ eventos}} = \text{R\$ } 2.968,33/\text{evento}$

O valor por evento foi o menor desde 2007, comprovando assim o esforço da direção em maximizar os recursos na realização das capacitações (Tabela 4).

**Tabela 4.** Custo médio por evento (FPR) de 2007 a 2011.

FPR	2007*	2008*	2009*	2010*	2011
	5.169,24	3.901,74	3.256,15	3.280,27	2.968,33

\*Fonte: Relatório de gestão 2010.

#### 2.4.7.3.3 Recursos x Participantes PS

O custo inicial por participante nos programas de Promoção Social foi estimado em R\$ 213,28. Ao final de 2011, em função do aumento do número de participantes, obteve-se um índice de R\$ 176,06.

**Previsto:**  $\frac{\text{R\$ } 1.715.000,00}{8.041 \text{ participantes}} = \text{R\$ } 213,28/\text{participante}$

**Realizado:**  $\frac{\text{R\$ } 1.527.816,23}{8.678 \text{ participantes}} = \text{R\$ } 176,06/\text{participante}$

O custo médio por participante em Promoção Social foi maior que o observado em 2010 (Tabela 5). Isso ocorreu em função da readequação de conteúdos de vários cursos na área de Promoção Social.

**Tabela 5.** Custo médio por participante (PS) de 2004 a 2010.

	<b>2007*</b>	<b>2008*</b>	<b>2009*</b>	<b>2010*</b>	<b>2011</b>
<b>PS</b>	58,14	73,76	81,47	117,96	176,06

\*Fonte: Relatório de gestão 2010.

#### **2.4.7.3.4 Recursos x Eventos PS**

Igualmente ao que ocorreu com o custo por participante, o custo por evento também foi inferior ao previsto. Previa-se um custo de R\$ 2.892,07 e obteve-se um custo de R\$ 2.504,62. Esta redução se deve principalmente a realização de 17 eventos a mais que o previsto.

**Previsto:**  $\frac{R\$ 1.715.000,00}{593 \text{ eventos}} = R\$ 2.892,07/\text{evento}$

**Realizado:**  $\frac{R\$ 1.527.816,23}{610 \text{ eventos}} = R\$ 2.504,62/\text{evento}$

O custo médio por evento de Promoção Social em 2011 foi maior que o encontrado em 2010 (Tabela 6). Com relatado anteriormente, a adequação de conteúdo de vários cursos impactou no aumento do custo individual do curso.

**Tabela 6.** Custo médio por evento (PS) de 2007 a 2011.

<b>PS</b>	<b>2007*</b>	<b>2008*</b>	<b>2009*</b>	<b>2010*</b>	<b>2011</b>
	1.730,94	1.488,24	2.121,33	1.709,79	2.504,62

\*Fonte: Relatório de gestão 2010.

### **3. Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.**

#### **3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos**

Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.  
Valores em R\$ 1,00 – Não possui

### 3.2 Análise Crítica

4. Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores. Valores em R\$ 1,00 –  
Não possui.

### 4.2 Análise Crítica

5. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	27	01	03
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	-	27	01	03

Fonte: Senar-MS

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011 – Não se aplica

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.3 – Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada. Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções gratificadas</b>				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	5	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>		<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte:

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária. Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	

1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão.</b>	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	-	-	-

Fonte:

### 5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade. Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-		<b>1</b>	<b>3</b>	-	<b>1</b>
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	-	-	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

## **5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas**

### **5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria**

**Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2011 – Não possui**

### **5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada**

**Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011 – Não possui**

## **5.3 Composição do Quadro de Estagiários**

**Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários – não houve**

## **5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada**

**Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores  
Valores em R\$ 1,00 - Não se aplica**

## **5.5 Terceirização de mão de obra pela unidade jurisdicionada – Não possui.**

### **5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão**

Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>										
Exercícios	2011	789.486,85								789.486,85
	2010	761.399,52								761.399,52
	2009	723.776,70								723.776,70
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>										
Exercícios	2011	380.243,64		138.092,73						518.336,27
	2010	328.111,39		134.701,84						462.813,28
	2009	314.684,77		131.170,38						446.055,15



**Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados – Não possui**

**5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados**

**Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados – Não possui**

**5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade**

**Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva – Não possui**

**5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão**

**Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra - Não possui**

**5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos – Não se aplica**

**6. Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.**

**6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício**

**6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011**

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – AR/MS									
CNPJ: 04.253.881/0001-03					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	-	S.R. Alcinópolis 00.169.216/0001-85	765,77		765,77	765,77	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Amambai 03.567.112/0001-17	20.204,52	-	20.204,52	20.204,52	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Anastácio 07.649.388/0001-03	17.263,66	-	17.263,66	17.263,66	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Anaurilandia 02.259.926/0001-21	9.663,19	-	9.663,19	9.663,19	20/11/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R de Angélica 24.630.915/0001-49	62.227,94	-	62.227,94	62.227,94	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Antônio João 01.989.326/0001-56	8.042,76	-	8.042,76	8.042,76	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Ap. do Taboado 15.386.436/0001-38	9.716,60	-	9.716,60	9.716,60	20/01/2011	31/012/2012	1
3	-	S. R. de Aral Moreira 01.997.667/0001-73	11.478,21	-	11.478,21	11.478,21	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S.R. de Bandeirantes 01.946.076/0001-77	4.060,95	-	4.060,95	4.060,95	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Bataguassu 24.630.634/0001-96	21.259,08	-	21.259,08	21.259,08	20/01/2011	31/12/2012	1

**SENAR AR/MS - RELATÓRIO DE GESTÃO 2011**



3	-	S.R. de Bataiporã 03.064.983/0001-18	3.621,97	-	3.621,97	3.621,97	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Bela Vista 15.380.546/0001-92	20.013,54	-	20.013,54	20.013,54	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Bonito 15.465.289/0001-91	5.017,97	-	5.017,97	5.017,97	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Brasilândia 15.410.525/0001-72	10.558,26	-	10.558,26	10.558,26	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Caarapó 03.156.858/0001-38	6.273,46	-	6.273,46	6.273,46	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. Camapuã 15.520.430/0001-01	10.423,10	-	10.423,10	10.423,10	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Campo Grande 03.325.966/0001-97	26.550,46	-	26.550,14	26.550,14	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Caracol 15.906.019/0001-79	8.078,12	-	8.078,12	8.078,12	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Cassilândia 15.409.451/0001-54	30.058,08	-	30.058,08	30.058,08	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. Chapadão do Sul 02.037.778/0001-09	7.791,70	-	7.791,70	7.791,70	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Corumbá 03.385.937/0001-10	2.442,89	-	2.442,89	2.442,89	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Costa Rica 01.236.264/0001-10	22.075,54	-	22.075,54	22,75,54	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Coxim 03.061.827/0001-10	24.867,57	-	24.867,57	24.867,57	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Deodópolis 00.933.655/0001-12	1.915,29	-	1.915,29	1.915,29	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Dois Irmãos do Buriti 24.665.275/0001-02	5.211,74	-	5.211,74	5.211,74	20/01/2011	31/12/2012	1

**SENAR AR/MS - RELATÓRIO DE GESTÃO 2011**



3	-	S. R. de Douradina 00.933.721/0001-54	2.107,16	-	2.107,16	2.107,16	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Dourados 03.065.554/0001-65	26.681,74	-	26.681,74	26.681,74	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Eldorado 03.819.695/0001-26	4.892,31	-	4.892,31	4.892,31	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Fátima do Sul 03.573.664/0001-38	660,63	-	660,63	660,63	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Figueirão 07.748.219/0001-20	1.767,40	-	1.767,40	1.767,40	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Glória de Dourados 03.620.523/0001-29	17.442,88	-	17.442,88	17.442,88	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Guia Lopes da Laguna 03.967.007/0001-75	8.375,10	-	8.375,10	8.375,10	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Iguatemi 03.393.028/0001-50	7.696,28	-	7.696,28	7.696,28	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Inocência 15.409.410/0001-68	10.097,02	-	10.097,02	10.097,02	20/01/2012	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Itaporã 03.359.197/0001-48	47.711,05	-	47.711,05	47.711,05	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Ivinhema e Novo Horizonte do Sul 00.806.344/0001-92	13.237,48	-	13.237,48	13.237,48	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Jaraguari 01.436.747/0001-50	14.910,93	-	14.910,48	14.910,48	20/01/2011	31/12/2012	1

**SENAR AR/MS - RELATÓRIO DE GESTÃO 2011**



3	-	S. R. de Jardim 02.259.475/0001-22	7.947,07	-	7.947,07	7.947,07	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Jateí 03.902.277/0001-06	1.087,01	-	1.087,01	1.087,01	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Juti 03.495.602/0001-55	12.236,44	-	12.236,44	12.236,44	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Laguna Carapã 03.692.903/0001-79	9.316,54	-	9.316,54	9.316,54	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Maracaju 03.355.617/0001-18	17.431,18	-	17.431,18	17.431,18	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Naviraí 00.202.549/0001-69	28.685,92	-	28.685,92	28.685,92	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Nioaque 24.615.999/0001-41	21.652,06	-	21.652,06	21.652,06	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Nova Alvorada do Sul 03.097.467/0001-90	26.177,75	-	26.177,75	26.177,75	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Nova Andradina 03.923.380/0001-24	712,91	-	712,91	712,91	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Paranaíba 03.408.077/0001-93	7.215,32	-	7.215,32	7.215,32	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Pedro Gomes 01.950.674/0001-10	3.266,58	-	3.266,58	3.266,58	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Ponta Porã 03.450.285/0001-50	3.582,10	-	3.582,10	3.582,10	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S.R. de Porto Murtinho 03.667.474/0001-80	11.988,42	-	11.988,42	11.988,42	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Ribas do Rio Pardo 24.644.981/0001-78	23.834,96	-	23.834,96	23.834,96	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Rio Brilhante 03.357.464/0001-48	17.484,60	-	17.484,60	17.484,60	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Rio Negro 04.800.303/0001-40	2.168,14	-	2.168,14	2.168,14	20/01/2011	31/12/2012	1

**SENAR AR/MS - RELATÓRIO DE GESTÃO 2011**



3	-	S. R. de Rio Verde de Mato Grosso 03.354.255/0001-40	13.465,66	-	13.465,66	13.465,66	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Santa Rita do Pardo 02.293.527/0001-87	9.987,27	-	9.987,27	9.987,27	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de São Gabriel do Oeste 00.780.312/0001-65	7.052,94	-	7.052,94	7.052,94	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Sete Quedas 03.699.162/0001-58	1.250,00	-	1.250,00	1.250,00	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Sidrolândia 15.390.834/0001-28	18.291,20	-	18.291,20	18.291,20	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Tacuru 07.570.632/0001-30	11.249,83	-	11.249,83	11.249,83	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Taquarussu 06.068.122/0001-04	6.983,28	-	6.983,28	6.983,28	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Terenos 05.084.135/0001-04	4.721,77	-	4.721,77	4.721,77	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S. R. de Três Lagoas 03.879.814/0001-36	21.214,30	-	21.214,30	21.214,30	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	S.R. de Vicentina 07.859.043/0001-76	3.532,32	-	3.532,32	3.532,32	20/01/2011	31/12/2012	1
3	-	Federação de Agricultura e Pecuária de MS – FAMASUL 15.413.883/0001-39	386.877,90	-	386.877,90	386.877,90	03/10/2011	02/11/2012	1
3	-	Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI 15.412.000/0001-76	51.352,71	-	51.352,71	51.352,71	01/01/2011	31/12/2012	1

### 6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

**Quadro A.6.2– Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – AR/MS						
CNPJ: 04.253.881/0001-03				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício independente do ano de celebração do instrumento (Valores em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	01	-	-	34.450,00	-	-
Termo de Cooperação	68	61	68	1.235.928,0 1	698.613,40	680.433,18
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>69</b>	<b>61</b>	<b>68</b>	<b>1.270.378,0 1</b>	<b>698.613,40</b>	<b>680.433,18</b>

Fonte: SENAR AR/MS

**6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes**

**Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – AR/MS					
CNPJ: 04.253.881/0001-03			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	01	34.450,00	34.450,00	-	100%
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	68	-	1.235.928,01	1.300.000,00	100,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>69</b>	<b>-</b>	<b>1.270.378,01</b>	<b>1.300.000,00</b>	<b>-</b>

Fonte: SENAR –AR/MS



**6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.**

**Quadro A.6.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00 – Não possui**

Unidade Concedente: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – AR/MS					
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – AR/MS					
CNPJ: 04.253.881/0001-03		UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	-	69	01
		Montante Repassado	-	1.235.928,01	34.450,00
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	-	61	-
		Montante Repassado	-	698.613,40	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	68	-
		Montante Repassado	-	680.433,18	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

**6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse – Não possui**

**Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse. Valores em R\$ 1,00 – Não possui**

**6.3 Análise Crítica**

**7. Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010.**

7.1 Modelo de atualização de dados no SIASG e SICONV – não possui

8. Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	<b>01</b>
	Entregaram a DBR	-	-	<b>01</b>
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	<b>12</b>
	Entregaram a DBR	-	-	<b>12</b>
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte:

8.2 Análise crítica

9. Parte A, Item 9, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

## Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1.Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos					X

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
ambientes interno e externo.					
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16.Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25.A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
sua estrutura.					
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

**10. Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010.**

**10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

## Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1.A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.  <input checked="" type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2.Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3.A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4.Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.  <input checked="" type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5.No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).  <input checked="" type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?  Instalação de torneiras automáticas, lâmpadas fluorescentes, acionamento automático de lâmpadas nos banheiros e colocação de adesivo orientando desligar luzes nos interruptores.					X
6.No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).  <input checked="" type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Cadernos em papel reciclado				X	
7.No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.  <input checked="" type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
8.Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input checked="" type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		x			
9.Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			x		
10.Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		x			
11.Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		x			
12.Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input checked="" type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?  Programa Meu Ambiente com Qualidade de Vida: Economia de energia, água, copos descartáveis, reciclagem de cartuchos de tinta, separação do lixo.					x
13.Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input checked="" type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?  Mediante palestras.					x
Considerações Gerais:  O Senar possui um programa chamado Meu Ambiente com Qualidade de Vida, que busca a conscientização dos colaboradores quanto aos aspectos ambientais ligados ao ambiente de trabalho, bem como buscar práticas que favoreçam a integração dos colaboradores.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

**11. Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº108, de 24/11/2010.**

**11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial**

**Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União – Não se aplica**

**Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros – Não se aplica**

**Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ – Não se aplica**

**12. Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU Nº108, de 24/11/2010.**

**12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)**



## Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Informar quantitativos				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.		X			
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					

12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	30%			
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X			
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X			
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X	
Considerações Gerais:				
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>				

**13. Parte A, Item 13, do Anexo II da DN TCU Nº108, de 24/11/2010.**

**13.1 Despesas com cartão de crédito corporativo –**

**Quadro A.13.1 – Despesas com cartão de crédito corporativo por UG e por portador – Não se aplica**

**Quadro A.13.2 – Despesas com cartão de crédito corporativo – série histórica – Não se aplica**

**14. Parte A, Item 14, do Anexo II da DN TCU Nº108, de 24/11/2010.**

**14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ**

**Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Não se aplica**

**14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida – Não se aplica**

**Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida – Não se aplica**

**14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física – Não se aplica**

**Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas - Não se aplica**

**Quadro A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas – Não se aplica**

**14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídicas – Não se aplica**

**Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas – Não se aplica**

**Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas – Não se aplica**

**14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária – Não se aplica**

**Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ – Não se aplica**

**14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas – Não se aplica**

**Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas – Não se aplica**

**14.7 Comunicações à RFB**

**Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB – Não se aplica**

**14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas – Não se aplica**

**Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas – Não se aplica**

**14.9 Declaração – Não se aplica**

**DECLARAÇÃO – Não se aplica**

**14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB**

**Quadro A.14.11 - Ações da RFB – Não se aplica**

**15. Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU Nº108, de 24/11/2010.**

**15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

**Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício – Não possui**

**15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício**

**Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício. Não possui**

**15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício**

**Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI – Não se aplica**

**15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício**

**Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício – Não se aplica**

**16. Parte A, Item 16, do Anexo II da DN TCU Nº108, de 24/11/2010.**

**16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício**

**Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício – Não se aplica**

**Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência – Não se aplica**

**B. Item I, PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, de 24/11/2010– INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

**17. Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU Nº108, de 24/11/2010**

**17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis**

**17.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa**

**Quadro B.1.1 - Declaração Plena do Contador**

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul			389038 (SIAF)
Local	Campo Grande-MS	Data	31/12/2010
Contador Responsável	<b>Rita Maria Guimarães Dib</b>	CRC nº	<b>CRC/MS 008148/O-9</b>



Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
Administração Regional de Mato Grosso do Sul  
Rua Marcino dos Santos, 401 • Cachoeira II • Tel.: (67) 3320-6999 • Fax: (67) 3320-6998  
CEP: 79040-902 • Campo Grande/MS • E-mail: senar@senarms.org.br

### DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos são elaborados com as seguintes peças contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto - DFC e Notas Explicativas, previstos na Lei nº6.404, de 15 de dezembro 1976, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR-AR/MS.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Campo Grande-MS, 31 de dezembro de 2011.

  
**RITA MARIA GUIMARÃES DIB**  
Contadora CRC/MS 008148/O-9

18. Parte B, item 2, do Anexo II da DN nº 108, de 24/11/2010.

18.1 Análise crítica das demonstrações contábeis da Administração Pública Federal Direta - não se aplica

19. Parte B, item 3, do Anexo II da DN nº 108, de 24/11/2010.

19.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis das Empresas Estatais – não se aplica

20. Parte B, item 4, do Anexo II da DN nº 108, DE 24/11/2010.

20.1 Composição Acionária do Capital Social

Quadro B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social – Não se aplica

20.2 Composição Acionária da UJ como investidora

Quadro B.4.2 - Investimentos Permanentes em outras sociedades – Não se aplica

#### C. PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

21. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

21.1 Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE – Não se aplica

Quadro C.1.2 – Composição do montante arrecadado pelo Fundo Partidário – não se aplica

Quadro C.1.3 – Distribuição dos valores do fundo partidário aos partidos no exercício de 2011 – não se aplica

Quadro C.1.4 – Partidos que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência – não se aplica

Quadro C.1.5 – Partidos que NÃO prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência – não se aplica

Quadro C.1.6 – Situação da prestação de contas das direções nacionais dos partidos – não se aplica

Quadro C.1.7 – Julgamento das contas das direções nacionais dos partidos – não se aplica

**21.2 Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais – TRE.**

**Quadro C.1.8 – Relação dos diretórios de partidos no Estado – não se aplica**

**Quadro C.1.9 – Discriminação das cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais das direções nacionais dos partidos – não se aplica**

**Quadro C.1.10 – Diretórios estaduais que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência – não se aplica**

**Quadro C.1.11 – Diretórios estaduais que NÃO prestaram contas relativas ao exercício de 2010 – não se aplica**

**Quadro C.1.12 – Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos – não se aplica**

**22. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.**

**22.1 Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento**

**Quadro C.5.1 - Operações contratadas com riscos compartilhado e integral do fundo e do banco operador - Não se aplica**

**Quadro C.5.2 - Créditos de liquidação duvidosa de operações contratadas - R\$ 1,00 - Não se aplica**

**Quadro C.5.3 - Prejuízos contabilizados no exercício de 2011 - R\$ 1,00 - Não se aplica**

**Quadro C.5.4 - Ressarcimentos efetuados pelo Banco Operador ao fundo no exercício de 2010, decorrentes de perdas em operações com risco compartilhado. R\$ 1,00 - Não se aplica**

**Quadro C.5.5 - Ações de Cobranças Judiciais ajuizadas no exercício de referência do relatório de gestão. R\$ 1,00 - Não se aplica**

**23. Parte C, item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010. – Não se aplica**

**23.1 Indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão nº TCU 408/2002 – plenário e modificações posteriores – Não se aplica**

**Quadro C.7.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002 – Não se aplica**

**Quadro C.7.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002 – Não se aplica**

**24. Parte C, item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.**

**24.1 Análise da situação econômico-financeira**



**Quadro C.10.1 - Indicadores análise da situação econômico-financeira**

Indicadores de desempenho econômico-financeiro			
Indicadores	2011	2010	2009
Liquidez Corrente	2.192,75	2.019,72	1.317,61
Garantia de Capitais de Terceiros	0,04	0,04	0,07
Endividamento	0,04	0,04	0,07
Lucratividade	30,15	8,49	9,95
Rentabilidade Operacional do PL	33,27	9,86	11,89
Rentabilidade Final do PL	33,27	9,86	11,89
Rentabilidade dos Investimentos em Controladas/Coligadas	-	0,00	0,00
Rentabilidade do Ativo total	031	0,09	0,11
Imobilização do Patrimônio Líquido	8,07	12,24	14,12
Provisão Média da Carteira de Crédito	0,01	0,02	6,83
Índice de Eficiência	0,71	0,91	0,91

**24.2 Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ**

**Quadro C.10.2 - Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ – Não se aplica**

**24.3 Análise Crítica**

25. Parte C, item 12, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010.

25.1 Remuneração paga aos administradores

Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal. Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
José Pereira da Silva				1.288,00				1.288,00				1.520,00			4.096,00
Maria Inês Garcia Bunning				1.038,00				1.038,00				1.200,00			3.276,00
Daniel Kluppel Carrara	2010	2012													
Geraldo Teixeira de Almeida				1.038,00				1.038,00				1.200,00			3.276,00
Gilberto Adão Dalpasqual															
Dario Alves de Souza	2010	2012		1.038,00				1.038,00				1.200,00			3.276,00
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a)  (T/S)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Agostinho Pereira Ribeiro (T)	2010	2012	1.538,00				1.538,00				1.840,00				4.916,00
Ronei da Silva Fuchs (T)	2010	2012	1.538,00				1.538,00				1.840,00				4.916,00
João Elson Ferreira (S)	2010	2012	1.538,00				1.538,00				1.840,00				4.916,00

**Quadro C.12.2 - Síntese da remuneração dos administradores. Valores em R\$ 1,00 - Não se aplica**

**Quadro C.12.3 - Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores. Valores em R\$ 1,00 - Não se aplica**

**26. Parte C, item 16, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010.**

**26.1 Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.**

**Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais. Valores em R\$ 1,00 – Não se aplica**

**26.2 Análise Crítica**

**27. Parte C, item 19, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010.**

**27.1 Supervisão de contratos de gestão celebrados com organizações sociais**

**Quadro A.19.1 – Informações sobre contrato de gestão supervisionado pela UJ – não se aplica**

**28. Parte C, item 30, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.**

**28.1 Imóveis alienados em 2011 em consonância com o Plano Nacional de Desimobilização – PND. – Não se aplica**

**28.2 Análise crítica**

**29. Parte c, item 37, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.**

**29.1 Informações sobre os Contratos de Gestão Celebrados**

**Quadro C.37.1 - Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício – não se aplica**

**29.2 Composição e atuação do Conselho de administração**

Quadro C.37.2 – Relação de membros do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração						
Representação	Nome	CPF	Órgão que Representa	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
Poder Público						
Da Sociedade Civil						
Eleitos						
Estatuto	Ademar Silva Júnior - Efetivo	437.525.522-00	SENAR-MS	Ata de posse nº 2/2009	01/08/2009	30/07/2012
Estatuto	Geraldo Teixeira de Almeida – Efetivo	171.461.001-20	FETAGRI	Ata de posse nº 2/2009	01/08/2009	30/07/2012
Estatuto	José Pereira da Silva - Efetivo	107.441.470-04	Produtores Rurais	Ata de posse nº 2/2009	01/08/2009	30/07/2012
Estatuto	Maria Inês Garcia Bunning - Efetivo	153.401.638-49	Produtores Rurais	Ata de posse nº 2/2009	01/08/2009	30/07/2012
Estatuto	Daniel Kluppel Carrara -Efetivo	477.977.891-34	Senar Central	Ata de posse nº 2/2009	01/08/2009	30/07/2012
Estatuto	Janes Bernardino Honório Lyrio	489.222.181-34	Senar Central	Ata de posse nº 2/2009	01/08/2009	30/07/2012
Estatuto	Edgar Yamato - Suplente	613.669.431-04	Produtores Rurais	Ata de posse nº 2/2009	01/08/2009	30/07/2012
Estatuto	Antônio Gesuato - Suplente	105.238.391-20	Produtores Rurais	Ata de posse nº 2/2009	01/08/2009	30/07/2012
Estatuto	Dário Alves de Souza	386.636.789-91	Senar Central	Ata de posse nº 2/2009	01/08/2009	30/07/2012
Estatuto	Sandra Maria Costa Soares	637.228.951-20	Fetagri	Ata de posse nº 2/2009	01/08/2009	30/07/2012
Quantidade de reuniões do Conselho no exercício				Ordinárias	3	
				Extraordinária	0	

Fonte:

**Quadro C.37.3 – Informações sobre o custo de participação do membro nas reuniões**

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no exercício	Ajuda de Custo (R\$ 1,00)	
		2011	2010
Ademar Silva Júnior	3	-	-
José Pereira da Silva	3	4.096,00	2.576,00
Dário Alves de Souza	3	3.276,00	1.038,00
Geraldo Teixeira de Almeida	3	3.276,00	1.038,00
Sandra Maria Costa Soares	2	0,00	2.076,00
Maria Inês Garcia Bunning	3	3.276,00	3.114,00
Daniel Kluppel Carrara	1	0,00	1.288,00

Fonte:

**29.3 Volume de recursos repassados às entidades privadas signatárias do contrato de gestão**

**Quadro C.37.4 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício – não se aplica**

**29.4 Dirigentes da entidade privada signatária do contrato de gestão**

**Quadro C.37.5 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão – Não possui**

**29.5 Despesa com Pessoal da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão**

**Quadro C.37.6 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão – Não se aplica**

**29.6 Composição da Comissão de Avaliação do resultado do contrato de gestão**

**Quadro C.37.7 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação – Não se aplica**

**29.7 Prestação de contas e avaliação dos resultados da contratação**

**Quadro C.37.8 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício – Não se aplica**

**Quadro C.37.9 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão – Não se aplica**

**Quadro C.37.10 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados – Não se aplica**

**Quadro C.37.11 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão – Não se aplica**

**29.8 Estrutura de pessoal da UJ para acompanhamento dos contratos de gestão**

**Quadro C.37.12 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento – Não se aplica**

**29.9 Recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada signatária do contrato de gestão**

**Quadro C.37.13 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada – Não se aplica**

**30. Parte c, item 38, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.**

**30.1 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada**

**Quadro C.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício**

**30.2 Valores repassados em razão de termos de parceria firmados**

**Quadro C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria – Não se aplica**

**Quadro C.38.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência – Não se aplica**

**30.3 Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados**

**Quadro C.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99) – Não se aplica**

**30.4 Avaliação dos resultados obtidos com a Parceria**

**Quadro C.38.6 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira – Não se aplica**



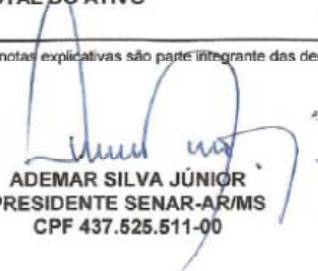
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/MS  
CNPJ: 04.253.881/0001-03

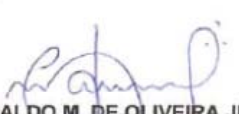
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

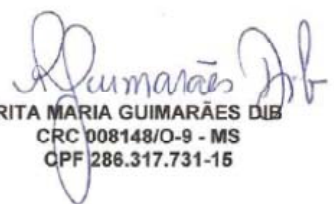
(Em reais)

	2011	2010		2011	2010
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>11.696.501</b>	<b>7.482.043</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>533.509</b>	<b>370.450</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>10.534.777</b>	<b>6.384.322</b>	<b>OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO</b>	<b>533.509</b>	<b>370.450</b>
Caixa			Consignações s/Folha de Pagamento		120
Bancos Conta Movimento - Rec. Próprios	112.127	11.588	Obrigações Previdenciárias/Trabalhistas	118.958	110.758
Bancos Conta Convênios - Rec. Convênios	7.635	910	INSS	60.721	59.078
Aplicações Financeiras - Rec. Próprios	10.397.981	6.331.173	FGTS	14.002	13.787
Aplicações Financeiras - Rec. Convênios	17.035	40.651	IRRF	33.303	26.824
			PIS	2.324	2.247
<b>REALIZÁVEL CURTO PRAZO</b>	<b>1.163.724</b>	<b>1.097.720</b>	ISS	8.608	8.822
Contas a Receber			<b>CSLL/COFINS/PIS</b>		
Dotações Orçamentárias a Receber	920.451	844.649	Fornecedores de Bens e Serviços	155.096	15.681
Relações entre Unidades			Relações entre Unidades		
Convênios a Realizar			Convênios a Realizar	24.670	41.561
Adiantamento para Pequenas Despesas			Receitas de Convênios a Executar		
Adiantamentos por Conta de Viagens	1.600	700	Credores Diversos		
Adiantamentos a Terceiros	6.595	1.712	Provisões Trabalhistas	234.785	202.331
Antecipações a Empregados	38.958	31.763	Provisões Tributárias		
Valores Recuperáveis		282	Contingências		
Devedores Diversos	840	1.089	Previdenciárias		
Despesas do Exercício Seguinte			Trabalhistas		
Bens e Valores	195.280	217.525			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>980.579</b>	<b>992.195</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>EXIGIBILIDADES A LONGO PRAZO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Direitos de Longo Prazo			Obrigações a Longo Prazo		
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
Investimentos Diversos					
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>980.579</b>	<b>992.195</b>	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>12.145.571</b>	<b>8.103.788</b>
Bens Tangíveis	1.991.198	1.993.831	<b>ACERVO PATRIMONIAL</b>	<b>12.145.571</b>	<b>8.103.788</b>
Bens Móveis	1.098.714	1.101.347	Resultado Acumulado	8.103.788	7.304.452
(-) Depreciações Acumuladas	(625.412)	(664.087)	Resultado do Exercício	4.041.783	799.336
Bens Imóveis	892.484	892.484	<b>RESERVAS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
(-) Depreciações Acumuladas	(385.206)	(337.549)	Reservas de Capital		
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
Bens Intangíveis					
(-) Amortizações Acumuladas					
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>12.679.080</b>	<b>8.474.238</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>	<b>12.679.080</b>	<b>8.474.238</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

  
ADEMAR SILVA JÚNIOR  
PRESIDENTE SENAR-AR/MS  
CPF 437.525.511-00

  
CLODOALDO M. DE OLIVEIRA JÚNIOR  
SUPERINTENDENTE SENAR-AR/MS  
CPF 215.613.948-23

  
RITA MARIA GUIMARÃES DIB  
CRC 008148/O-9 - MS  
CPF 286.317.731-15



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/MS  
 CNPJ: 04.253.881/0001-03

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

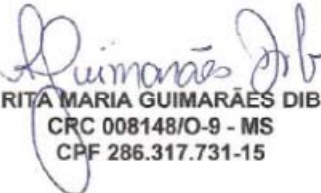
(Em reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>13.403.977</b>	<b>9.406.905</b>
Contribuições Sociais	13.403.977	9.406.905
<b>RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(9.362.194)</b>	<b>(8.607.569)</b>
(-) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	(2.840.316)	(2.793.538)
(-) Serviços de Terceiros	(6.556.712)	(6.246.908)
(-) Material de Consumo	(610.672)	(395.806)
(-) Despesas Bancárias / Financeiras	(1.267)	(325)
(-) Transferências de Contribuições Diversas		
(-) Despesas de Convênios / Termos de Cooperação	(198.991)	(153.609)
(-) Depreciação de Bens Móveis e Imóveis	(163.750)	(140.003)
(+) Receitas Financeiras	946.242	544.283
(+) Receita de Serviços		
(+) Receitas Eventuais	63.272	578.338
(+) Receitas de Subvenções		
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>4.041.783</b>	<b>799.336</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.041.783</b>	<b>799.336</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

  
 ADEMAR SILVA JÚNIOR  
 PRESIDENTE SENAR-AR/MS  
 CPF 437.525.511-00

  
 CLODOALDO M. DE OLIVEIRA JÚNIOR  
 SUPERINTENDENTE SENAR-AR/MS  
 CPF 215.613.948-23

  
 RITA MARIA GUIMARÃES DIB  
 CRC 008148/O-9 - MS  
 CPF 286.317.731-15





SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/MS  
 CNPJ: 04.253.881/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

(Em Reais)

Descrição das Mutações	Patrimônio Social	Reserva de Subvenções	Superávit/Déficit Exercício	Total
Saldo em 31/12/2009	7.304.452		-	7.304.452
Subvenções				-
Ajustes de Exercícios Anteriores				-
Déficit/Superávit do Exercício			799.336	799.336
Saldo em 31/12/2010	7.304.452	-	799.336	8.103.788

(Em Reais)

Descrição das Mutações	Patrimônio Social	Reserva de Subvenções	Superávit/Déficit Exercício	Total
Saldo em 31/12/2010	8.103.788	-	-	8.103.788
Subvenções				
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Déficit/Superávit do Exercício			4.041.783	
Saldo em 31/12/2011	8.103.788	-	4.041.783	12.145.571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

  
 ADEMAR SILVA JÚNIOR  
 PRESIDENTE SENAR-AR/MS  
 CPF 437.525.511-00

  
 CLODOALDO M. DE OLIVEIRA JÚNIOR  
 SUPERINTENDENTE SENAR-AR/MS  
 CPF 215.513.946-23

  
 RITA MARIA GUIMARÃES DIB  
 CRC 008148/O-9 - MS  
 CPF 286.317.731-15



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/MS  
CNPJ: 04.253.881/0001-03

(Em Reais)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
LEI Nº. 11.638 de 28/12/2007  
Exercício findo em 31/12/2011

	31 de dezembro	
	31/12/2011	31/12/2010
<b>1. ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Superávit / Déficit do Exercício</b>	<b>4.041.783</b>	<b>799.336</b>
Ajustes por:		
(+) Depreciação	163.750	130.002
(-) Lucro na Alienação de Imobilizado		
<b>Superávit / Déficit do Exercício Ajustado</b>	<b>4.205.533</b>	<b>929.338</b>
<b>Variações no Ativo</b>	<b>( - ) 66.003</b>	<b>-185.780</b>
Contas a Receber		
Dotações a Receber	75.802	179.382
Adiantamento a Terceiros	4.882	1.712
Adiantamento a Empregados	8.095	9.840
Valores Recuperáveis	-282	282
Devedores Diversos	-249	-374.913
Estoques de Consumo	-22.246	-2.083
Despesas Antecipadas		
<b>Variações no Passivo</b>	<b>( + ) 163.059</b>	<b>205.105</b>
Obrigações C/Folha de Pagamento		
Consignações s/Folha de Pagamento	-120	120
Obrigações Previdenciárias e Tributárias	1.859	60.513
Obrigações Tributárias	6.342	6.107
Fornecedores de Bens e Serviços	139.415	5.925
Convênios a Realizar	-16.892	-4.012
Credores Diversos		
Provisões Trabalhistas	32.454	136.453
Provisões Tributárias		
Contingências		
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais</b>	<b>( = ) 4.302.589</b>	<b>1.320.223</b>




SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/MS  
 CNPJ: 04.253.881/0001-03

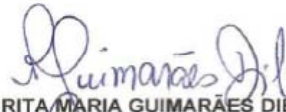
(Em Reais)

	Exercícios findos em	
	31/12/2011	31/12/2010
<b>2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
(+) Recebimento pela Alienação de Imobilizado	41.150	
(-) Pagamento pela Compra de Imobilizado	160.507	90.676
(+) Diminuição do Imobilizado - Baixa	32.776	
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos (-)</b>	<b>152.134</b>	<b>90.676</b>
<b>3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
(+) Recebimentos por Empréstimos		
(-) Pagamento de Empréstimos		
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento (+)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total dos Efeitos no Caixa ( 1 - 2 + 3 ) (=)</b>	<b>4.150.455</b>	<b>1.229.547</b>
<b>Aumento Líquido no Caixa e Equivalente de Caixa (=)</b>	<b>4.150.455</b>	<b>1.229.547</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	(-) 6.384.322	5.154.775
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	(+) 10.534.777	6.384.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

  
 ADEMAR SILVA JÚNIOR  
 PRESIDENTE SENAR-AR/MS  
 CPF 437.525.511-00

  
 CLODOALDO M. DE OLIVEIRA JÚNIOR  
 SUPERINTENDENTE SENAR-AR/MS  
 CPF 215.613.948-23

  
 RITA MARIA GUIMARÃES DIB  
 CRC 008148/O-9 - MS  
 CPF 286.317.731-15



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2011**

**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Mato Grosso do Sul - SENAR-AR/MS, inscrito no CNPJ sob N° 04.253.881/0001-03, é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

Tem como missão: “Promover a educação, a informação e o conhecimento em Agronegócio a comunidade rural do MS, com inovação e competência, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado”.

Através da Lei N° 1.618 de 07/11/1995 publicada no Diário Oficial em 08/11/1995, nos termos da Lei n° 23, de 13/11/1979, regulamentada pelo Decreto n° 1088, de 12/06/1981, alterado pelo Decreto n° 11.213, de 14/05/2003, foi declarada de Utilidade Pública Estadual.

**2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos dispositivos constantes da Lei das Sociedades por Ações Lei n° 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações, do Código Civil Brasileiro Lei n° 10.406/2002 e das demais normas, com interpretações e comunicados técnicos vigente, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As demonstrações contábeis também foram elaboradas com base nas Normas e Regulamentos do SENAR – Administração Central, exigidas para compor a Prestação de Contas, em conformidade com a Portaria CGU n° 2546 de 27/12/2010, Instrução Normativa TCU n° 63 de 01.09.2010, Portaria TCU n° 123 de 12/05/2011 e Decisão Normativa TCU n° 117 de 19/10/2011, nos termos do art. 7° da Lei n° 8.443 de 1992.



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL**

### 3 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

Os valores registrados nas contas de resultado estão reconhecidos pelo regime de competência, as receitas estão classificadas como operacional. Os encargos relativos ao PIS Folha foram calculados à alíquota de 1,00%. O Ativo Circulante é demonstrado pelos valores de realização. O Passivo Circulante e o Exigível a Longo Prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos e/ou calculáveis até a data do balanço, como segue:

#### 3.1 DISPONIVEL

O Disponível ficou em 31.12.2011, assim distribuído;

DISPONIBILIDADES	2011	2010
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento - Rec. Próprios	112.126,69	11.588,00
Bancos Conta Convênios - Rec. Convênios	7.635,00	910,40
Aplicações Financeiras - Rec. Próprios	10.397.980,83	6.331.172,78
Aplicações Financeiras - Rec. Convênios	17.034,60	40.650,96
<b>TOTAIS EM R\$</b>	<b>10.534.777,12</b>	<b>6.384.322,14</b>

As **Aplicações Financeiras** - Representadas por investimentos em títulos de liquidez imediata, demonstradas pelo valor original e acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As Aplicações Financeiras estão segregadas em dois grupos: Aplicações Financeiras – Recursos Próprios com saldo no valor de R\$ 10.397.980,83 (dez milhões, trezentos e noventa e sete mil, novecentos e oitenta reais e oitenta e três centavos) e Aplicações Financeira – Recursos de Convênios com saldo no valor de R\$ 17.034,60 (dezessete mil, trinta e quatro reais e sessenta centavos).

#### 3.2 DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS A RECEBER

Crédito registrado correspondente a Lei 8315 – Dotação Orçamentária a Receber do INSS do mês de dezembro de 2011, no valor de R\$ 920.451,12 (novecentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e doze centavos).



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL**

### 3.3 DEVEDORES DIVERSOS

Correspondem aos valores a receber de contrapartidas de convênios, no montante de R\$ 840,49 (oitocentos e quarenta reais e quarenta e nove centavos).

### 3.4 ALMOXARIFADO

Representa os materiais destinados ao consumo e à manutenção das atividades operacionais, avaliados pelo custo de aquisição.

<b>Demonstrativo do Saldo do Almojarifado em 31.12.2011</b>	
Material de Consumo/Expediente/Limpeza	195.214,84
Material de Informática	64,73
<b>TOTAL EM RS</b>	<b>195.279,57</b>

### 3.5 ATIVO IMOBILIZADO

Os bens do Imobilizado em uso depreciado no valor de R\$ 980.579,26 (novecentos e oitenta mil, quinhentos e setenta e nove reais e vinte e seis centavos), está demonstrado ao custo de aquisição, a depreciação foi calculada pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens como segue:

<b>Demonstrativo das Contas do Ativo Imobilizado em 31.12.2011 Em R\$</b>					
<b>Código</b>	<b>Contas</b>	<b>Valor da Conta</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Saldo Depreciado</b>	<b>Taxa Anual Depreciação</b>
<b>1.2.3</b>	<b>Imobilizado</b>	<b>1.991.197,95</b>	<b>1.010.618,69</b>	<b>980.579,26</b>	
<b>1.2.3.01.01</b>	<b>Bens Móveis</b>	<b>1.098.713,98</b>	<b>625.412,25</b>	<b>473.301,73</b>	
1.2.3.01.01.001	Equipamentos Maq. e Aparelhos em Geral	357.383,04	286.432,84	70.950,20	20%
1.2.3.01.01.002	Veículos	267.860,00	106.618,09	161.241,91	20%
1.2.3.01.01.003	Mobiliário em Geral e Material de Copa	288.083,46	72.349,33	215.734,13	10%
1.2.3.01.01.005	Equipamentos de Comunicação	3.494,90	1.029,16	2.465,74	10%
1.2.3.01.01.006	Maq. Aparelhos e Utensílios de Escritório	5.463,22	3.951,90	1.511,32	10%
1.2.3.01.01.008	Outros Equipamentos e Mat. Permanente	29.770,37	16.169,88	13.600,49	10%
1.2.3.01.01.009	Programas de Informática	146.658,99	138.861,05	7.797,94	20%
<b>1.3.2.02.01</b>	<b>Bens Imóveis</b>	<b>892.483,97</b>	<b>385.206,44</b>	<b>507.277,53</b>	
1.3.2.02.01.001	Terrenos	111.944,56	0,00	111.944,56	0%
1.3.2.02.01.002	Prédios	506.614,42	317.624,32	188.990,10	4%
1.3.2.02.01.004	Instalações e Adaptações	273.924,99	67.582,12	206.342,87	10%



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL**

### **3.6 RECONHECIMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS**

As receitas e as despesas são apuradas segundo o regime de competência, e fundadas em documentos hábeis, legais e usuais, em atenção às necessidades e às atividades da entidade, de conformidade com as exigências fiscais, trabalhistas e outras obrigações sociais. As receitas e despesas foram aplicadas nas atividades próprias da entidade e segundo suas finalidades institucionais e a legislação pertinente.

### **3.7 PATRIMÔNIO SOCIAL**

O Patrimônio Social Líquido, apresentado em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 12.145.571,00 (doze milhões, cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e setenta e um reais), corresponde ao patrimônio social inicial acrescido/diminuído dos valores apurados com superávits/défcits acumulados dos exercícios, e com as doações.

### **3.8 DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O SENAR AR/MS, apurou em 31 de dezembro de 2011 um superávit no valor de R\$ 4.041.783,27 (quatro milhões, quarenta e um mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte e um centavos).

### **3.9 DO ORÇAMENTO ANUAL DO SENAR AR/MS**

O Orçamento para o Exercício de 2011 do SENAR AR/MS, foi aprovado pelo Conselho Fiscal e submetido à apreciação e votação da Assembléia Geral, com as Receitas Estimadas em R\$ 12.856.876,00 (doze milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil e oitocentos e setenta e seis reais) e Despesas Fixadas em R\$ 12.856.876,00 (doze milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil e oitocentos e setenta e seis reais), aprovadas. As receitas de 2011 foram realizadas no montante de R\$ 14.413.490,65 (quatorze milhões, quatrocentos e treze mil, quatrocentos e noventa reais e sessenta e cinco centavos) e as despesas de 2011 foram realizadas no montante de R\$ 10.532.214,75 (dez milhões, quinhentos e trinta e dois mil, duzentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos).



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**3.10 DOS RECURSOS E DESPESAS DE CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIAS**

Os recebimentos e despesas de Convênios e Termos de Parcerias são contabilizados em conta própria no Grupo de Projetos e Convênios no Passivo Circulante, circulando pelo grupo do Resultado do Exercício, revertendo para o grupo de convenio no passivo circulante.

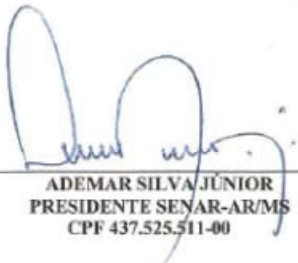
**3.11 CONTINGENCIAS PASSIVAS**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR AR - MS– apesar das Normas Brasileira de Contabilidade, das interpretações e comunicados técnica vigentes, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações, determinarem a provisão e o lançamento das contingências passivas, não procedeu os lançamentos em função da assessoria jurídica e financeira ter entendido não haver nenhuma ação e/ou litígio nas esfera Civil, Federal, Trabalhista e Fiscal que possa impactar no Fluxo de Caixa da entidade.

**4 NOTA 14 - AJUSTES POR MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as demonstrações contábeis estão apresentadas e foram ajustadas e estão sendo reapresentadas conforme previsto na legislação, normas e interpretações técnicas vigentes, as Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Campo Grande, MS – 31 de dezembro de 2011.

  
ADEMAR SILVA JÚNIOR  
PRESIDENTE SENAR-AR/MS  
CPF 437.525.511-00

  
CLODOALDO M. DE OLIVEIRA JÚNIOR  
SUPERINTENDENTE SENAR-AR/MS  
CPF 215.613.948-23

  
RITA MARIA GUIMARÃES DIB  
CRC 008148/O-9 – MS  
CPF 286.317.731-15



**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao

Presidente e Conselheiros do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, estabelecido na Rua Marcino dos Santos, 401 – B. Cachoeira II - CEP: 79040-902 – Campo Grande-MS, inscrito no CNPJ sob Nº 04.253.881/0001-03, que compreendem o Balanço Patrimonial levantados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

**Responsabilidade da Administração Sobre as Demonstrações Contábeis/Financeiras**

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis/financeiras de acordo com as práticas contábeis, com as interpretações e comunicados técnicos vigente, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis/financeiras com base em nosso trabalho de auditoria, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis/financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis/financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevante nas demonstrações contábeis/financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis/financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade.


Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis/financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis/financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Campo Grande-MS, 01 de fevereiro de 2012.**

  
**ODÁCIO PEREIRA MOREIRA**  
Contador CRC/MS 002731/O-7  
CVM Nº 9.776 – CNAI Nº 435  
ALTERCONT – Auditoria e  
Consultoria S/S.  
CRC/MS 560/O-6